

ATA DA 033ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dieter Jansen - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Partidos Políticos

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Reporta-se às comemorações dos 90 anos do PCdoB.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Registra a passagem dos 100 anos da Maternidade Carmela Dutra, de Florianópolis, e os 65 anos da Maternidade Darci Vargas, de Joinville.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Reporta-se aos 43 anos de funcionamento da Cooperativa Central Aurora.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Critica a proibição de trafegabilidade de bitrens nas rodovias estaduais.

DEPUTADO VALMIR COMIN (aparte) - Afirma que o governador Raimundo Colombo tem se mostrado sensível ao assunto e que uma solução será encontrada.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Comenta sua participação na assinatura de financiamento para a realização pela Casan de obras de saneamento e abastecimento em 16 municípios catarinenses.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Aborda a assinatura de convênios entre o governo federal e a Casan; afirma que o problema salarial do Magistério somente será solucionado com o aumento do percentual destinado à Educação.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Recorda as mortes ocorridas em Eldorados dos Carajás e destaca que o dia 17 é histórico pela luta em defesa da vida.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Relata as atividades do Fórum de Prevenção a Cheias e Desastres Naturais no Vale do Itajaí.

Explicação Pessoal

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Refere-se à realização da Marcha dos Catarinenses; comenta as reivindicações dos agricultores familiares.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Registra a realização de audiências públicas para tratar das condições da segurança pública; reporta-se aos problemas com o plano de saúde dos servidores estaduais.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Aborda a possibilidade de paralisação dos professores.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Comenta a preocupação do governo estadual com a Resolução n. 72; aborda as audiências públicas realizadas no oeste sobre segurança pública; registra a presença do vereador Antônio João Pera, de Piçarras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, diante da ênfase com que falou Partido Comunista do Brasil, aproveito para saudá-lo como liderança estadual do PSD e dizer que ontem anunciou apoio à deputada Manuela D'Ávila em Porto Alegre. Certamente avançamos um pouco mais o caminho que nos conduzirá à prefeitura da capital gaúcha.

Acho que o deputado Jailson Lima ficou entusiasmado com a minha prosa com o presidente, deputado Gelson Merisio.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Dos meus preciosos cinco minutos, concedo a v.exa. alguns segundos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Deputada, quero somente parabenizá-la pelo aniversário do PCdoB e comentar o seguinte: quem diria que os camaradas do PSD estariam juntando-se ao PCdoB! A política dá muitas voltas!

Parabéns ao camarada Gelson Merisio!

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Eu tenho dito ao deputado Darci de Matos que desde que ele foi para o PSD passou a usar gravata vermelha, como uma demonstração do antigo DEM e Arenão de que reconhecem que, sob a liderança do presidente Lula e agora da presidenta Dilma Rousseff, o país enfrentou uma crise, distribuiu renda e cresceu.

Que bom que esses setores que tanto se opunham ao projeto nucleado pelo Partido dos

Trabalhadores, que bom que o PSD, antigo Arenão, agora resolveu ficar ao lado do povo brasileiro, rumo à construção de um país mais justo e mais desenvolvido.

Quero rememorar com vocês que no último domingo fizemos a festa dos 90 anos do Partido Comunista do Brasil, que aconteceu agora em março. Fizemos uma sessão especial nesta Casa e nos festejos reunimos mais de 700 pessoas, para nossa alegria. Uma festa com espírito muito positivo, uma festa com espírito de honrarmos uma grande tradição de 90 anos de luta pelo povo brasileiro, mas também apontando para um novo futuro nucleado pelo novo programa de desenvolvimento do Brasil, que busca que este país desenvolva plenamente suas forças produtivas, na mais clássica concepção marxista. Inclusive, o pleno desenvolvimento das forças produtivas do governo Lula e agora do governo Dilma Rousseff tem ratificado uma máxima que há muito tempo já sabíamos: quando fica bem para todos, fica bem para todos.

É preciso que o país se desenvolva, mas é preciso que o país compartilhe as suas riquezas com seus filhos e filhas. E a vivência de cada um neste país tem demonstrado, desde o banqueiro até o trabalhador mais humilde, que de fato trilhamos um caminho sem volta, um caminho que tem sido bom para todos.

Quero destacar que em Florianópolis, por exemplo, 62% da população correspondem à nova classe média, a qual agora consegue ter acesso à universidade, ao lazer, que ainda carece de acesso à cultura, mas que vai criando as condições para tanto.

A ONU tem um estudo muito interessante que demonstra que quanto maior a escolaridade das mães, maior o impacto que isso tem na economia de um país. E nós temos demonstrado isso com todas as falhas, as dificuldades e as ressalvas que ainda há de se fazer, notadamente no campo da educação, que muito ainda o Brasil precisa avançar.

Mas nós trilhamos um caminho e o PCdoB se sente copartícipe desse projeto que hoje vige no país e quer aprofundar ainda mais as mudanças

desse caminho extraordinário que o Brasil trilha, um país que deu certo. E Santa Catarina precisa empenhar-se mais disso e tenho certeza de que essa é a grande tarefa que se coloca nos próximos anos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputada Angela Albino.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

Quero, na manhã de hoje, fazer uma saudação especial a toda família tucana em nome dos deputados desta Casa, que me deram permissão para que eu usasse o horário do partido: deputado Dado Cherem, nosso líder, deputado Marcos Vieira, deputado Gilmar Knaesel, deputado Dóia Guglielmi e deputado Nilson Gonçalves, cujas ações têm-se irradiado para todos os municípios de Santa Catarina onde temos diretórios ou comissões provisórias.

Este é um ano eleitoral, um ano em que discutimos os candidatos, um ano em que cada partido apresenta à sociedade as pessoas que nos próximos quatro anos, seja nas Câmaras Municipais, seja nas prefeituras, ajudarão a administrar as 295 cidades do estado.

Assim, quero cumprimentar todos os presidentes do PSDB, todos os membros da executiva, todos os membros dos diretórios e chamar a atenção para a importância desse momento. Precisamos, cada qual na sua cidade, organizar os partidos. Sabemos que os outros partidos também estão fazendo, mas nós, do PSDB, estamos buscando, e bem, as lideranças que já estão inscritas em nossa agremiação para estimulá-las a concorrer às próximas eleições. Aos eleitos caberá gerir os recursos das cidades, aos

não eleitos caberá, através da crítica democrática, fiscalizar e dar sugestões às novas administrações.

De forma que nessa saudação ao nosso partido, saúdo também o nosso sempre presidente Dalírio Beber, que agora mesmo sendo presidente de uma estatal, a Casan, continua atuante; e o presidente Leonel Pavan, que já foi governador do estado e que sempre esparge seu entusiasmo aos correligionários.

Mas quero também, sr. presidente, no horário destinado ao meu partido, fazer uma saudação muito especial aos funcionários, aos profissionais médicos da Maternidade Carmela Dutra, de Florianópolis, que recentemente completou 100 anos de funcionamento. Nesse período nasceram naquela maternidade mais de 240 mil crianças, correspondendo a mais de 12 nascimentos por dia. Naturalmente que agora, com o tamanho da cidade, estão nascendo muito mais crianças, mas 100 anos atrás dez nascimentos por dia era um número muito grande.

Tive a oportunidade de fazer estágio naquela instituição na época em que estava cursando a faculdade e estou motivado a fazer essa saudação aos funcionários e à história daquela maternidade, porque ontem também completou 65 anos de funcionamento a maternidade da maior cidade de Santa Catarina, que é a Maternidade Darci Vargas, de Joinville, que hoje funciona como hospital escola e que atende não somente àquele município, mas ao seu entorno e a todo o planalto norte. Aquela instituição já recebeu inúmeros prêmios, entre eles o de Hospital Amigo da Criança, em 1994, um reconhecimento da ONU.

A Maternidade Darci Vargas foi fundada em 16 de abril de 1947, completando, dessa forma, em 2012, 65 anos de existência. Ela realiza em média 5.700 partos/ano, o que corresponde a 500 partos/mês. Hoje é um hospital escola, como disse, que atende principalmente à Univille e serve de residência médica a inúmeros médicos que passam pela pós-graduação da faculdade de Medicina.

Nossas saudações especiais a toda a sua direção e aos seus funcionários.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, primeiramente, quero informar que irei dividir o meu horário com o deputado Manoel Mota.

Assomo à tribuna nesta manhã para dizer que ontem tive a oportunidade de participar do aniversário da Cooperativa Central Aurora. São 43 anos de funcionamento de uma cooperativa que agrega mais de uma dezena de cooperativas filiadas e que no agronegócio é a segunda maior empresa de Santa Catarina, perdendo apenas para a união da Sadia com a Perdigão, a BRF.

Da Cooperativa Central Aurora, que tem seus negócios focados na suinocultura, na avicultura e na produção e industrialização de cereais, tive a oportunidade de acompanhar os dados do seu crescimento em 2010 e 2011 e compará-los com 2012.

Faz alguns anos que a suinocultura passa por uma dificuldade muito grande. No oeste, no meio-oeste e no extremo oeste temos uma economia muito forte calcada na suinocultura, e esse setor vem amargando prejuízos há muitos anos, porque o produtor não consegue cobrir o custo de produção. O custo dos principais insumos para a produção de suínos, como soja e milho, está muito alto e o custo final do suíno não cobre o custo de produção. Não queremos que o produtor de milho não ganhe dinheiro, ele também precisa ganhar dinheiro, assim como o produtor de soja, mas precisamos que o suíno tenha um preço compensatório.

A cada ano que passa, acreditamos que o próximo será melhor, que a atividade começará a ser rentável, começará a dar lucro. Mas entra ano

e sai ano e a suinocultura amarga essa crise, com centenas de produtores deixando a atividade.

Isso, inclusive, começa a gerar reflexos na receita dos nossos municípios. O oeste, o meio-oeste e o extremo oeste de Santa Catarina estão empobrecendo, estão ficando mais pobres, a sua receita é cada vez menor. Estão perdendo competitividade para outros municípios. Concórdia, por exemplo, que era o 7º município no índice de desenvolvimento da receita, hoje é o 32º. E não é diferente nos outros municípios. Os municípios em que a avicultura e a suinocultura são a base da economia, estão padecendo porque o agricultor está abandonando o agronegócio, base da economia local e com o empobrecimento da agricultura, as cidades também empobrecem.

Ontem, junto à Cooperativa Central Aurora, vimos esses levantamentos, que vêm ao encontro daquilo que estamos vivendo, daquilo que estamos sentindo. Da mesma forma, vimos a cooperativa fazendo seus investimentos, tentando sair do sufoco e inaugurando uma central de inseminação artificial de suínos das mais modernas do país. Conta com algo em torno de 450 machos reprodutores para coletar sêmen e melhorar o material genético, melhorando a conversão alimentar, melhorando a qualidade da carne, numa parceria com uma das melhores empresas do país. Assim, a Cooperativa Central Aurora mostra o seu potencial e a sua preocupação com a qualidade que precisa ter o setor agrícola, notadamente a produção de suínos.

Ainda não temos o reconhecimento que deveríamos ter, mas mesmo que não tenhamos, tenho certeza de que fomos, somos e sempre seremos grandes colaboradores para o desenvolvimento do país. Quem sempre bancou e pagou todos os planos dos últimos governos foi a agricultura, que conseguiu colocar na mesa do consumidor alimento mais barato e com qualidade. Isso vem desde o governo do presidente José Sarney. E os outros governos também calcaram seus planos na agricultura, inclusive o atual, com o seu programa de cestas básicas distribuídas às pessoas mais pobres.

Hoje, deputado Manoel Mota, se v.exa. for ao mercado vai encontrar frango a menos de R\$ 2,00 o quilo, enquanto o custo de produção é bem maior. Em contrapartida, ficamos felizes quando o consumidor consegue comprar, mas na maioria das vezes o produtor trabalha com prejuízo e lá na ponta o consumidor não consegue comprar porque os preços são exorbitantes. Então, existe ainda uma cadeia nesse meio que atravessa e é a maior vilã, é aquela que fica com o maior lucro.

Por isso, cumprimento mais uma vez a Cooperativa Central Aurora, uma grande industrializadora de alimentos, que vive a dificuldade do nosso produtor, mas que com competência e tecnologia busca dias melhores para seus associados. O cooperativismo em Santa Catarina é um orgulho para nós e deixo registrados nesta Casa os meus parabéns à Cooperativa Central Aurora, ao seu presidente, à sua diretoria e a todos os seus associados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Fará uso da palavra, no restante do tempo destinado ao PMDB, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da rádio Alesc, visitantes que prestigiam este Parlamento na manhã de hoje, gostaria de fazer alguns registros que, na minha concepção, são importantes.

Um carro de uma locadora de Florianópolis foi roubado da pessoa que o havia alugado, na semana passada. Com esse carro, os assaltantes realizaram cinco assaltos em uma noite e mais dois na noite seguinte. Não conseguiram prender os ladrões e nem recuperar o carro. Portanto, existe algum problema com a Segurança Pública em Santa Catarina porque não é possível fazerem cinco assaltos com o mesmo carro em uma noite, na noite seguinte mais dois e ninguém ser preso e nem recuperar-se o carro. Ou seja, está muito fácil, os assaltantes ficam à solta, dominando aqueles que trabalham, aqueles que lutam com sacrifício.

Ontem à noite mantive um encontro com o deputado Valmir Comin, presidente da comissão de Transportes, e falamos bastante sobre a questão do bitrem.

Ontem, deputado Valmir Comin, tivemos uma reunião em Araranguá com Pedro Lopez e com os empresários da área em Araranguá. Por quê? Porque quem vai para Meleiro para descarregar os bitrens não consegue entrar, assim como pela BR-285, que liga o norte do Rio Grande do Sul, Argentina e Uruguai. Eu acho que os bitrens têm que ser equipados com asas para poderem voar e assim descarregar e abastecer toda aquela região.

Então, ontem à noite realizamos a reunião, assumi o compromisso de hoje falar com o deputado Valmir Comin para que possamos convocar para amanhã o secretário da Infraestrutura e o presidente do Deinfra, a fim de discutirmos essa questão. Enquanto isso não for feito, os caminhoneiros continuarão sendo penalizados. Eles agora não perguntam qual é o peso, até vazio os empresários são penalizados. Por isso, é preciso tomar algumas medidas em Santa Catarina.

Uma vez criaram a regra de que nas sextas-feiras, sábados e domingos não era permitido o tráfego de caminhões. Ora, num país onde 90% do PIB são transportados pelo tapetão preto, proibir os caminhões de rodarem nas sextas-feiras, sábados e domingos, para quem tem automóvel poder passear, é um absurdo, no mínimo! Acredito que este não é um país de tanto luxo para prejudicar quem transporta o PIB.

Realizamos aquelas paralisações e conseguimos fazer com que isso não acontecesse mais aqui em Santa Catarina. Mas a questão do bitrem está uma novela, num lugar entra, no outro não entra. Enquanto isso, aqueles que pagam seus impostos, que fizeram financiamentos e que emplacaram seus carros, agora não podem trabalhar. Como é que eles vão pagar suas prestações? Isso é muito complicado.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Vou ouvir um dos parceiros dessa missão para que possamos fazer com que o bitrem possa trabalhar, possa descarregar seus produtos em Santa Catarina, porque se for utilizado outro tipo de caminhão para fazer a entrega, o milho do Mato Grosso, por exemplo, vai chegar com um valor mais alto e deixará de ser competitivo, assim como o frango do qual Santa Catarina que é o maior exportador.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Manoel Mota, quero parabenizá-lo pelo tema abordado, v.exa. que, juntamente com este deputado, faz parte da comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano desta Casa. Este é um tema extremamente pertinente porque, no nosso entender e também da Fetranesc, foi uma decisão equivocada por parte do Deinfra, que impediu o tráfego dos bitrens e dos rodotrens nas SCs.

Esse assunto vem sendo tratado há mais de dez anos. Milhares de empresas e pessoas físicas acabaram adquirindo esse tipo de equipamento e contraindo o financiamento. A própria Agência Nacional de Transporte Terrestre autorizou a produção desse equipamento e também o Inmetro. Portanto, os impostos são pagos e simplesmente, de uma hora para outra, é cerceado o direito de trafegar, num momento em que travamos uma luta permanente para reduzir o custo Brasil. Está comprovado tecnicamente que esses bitrens causam menos problemas, menos transtornos nas rodovias onde trafegavam os caminhões comuns, porque eles diluem o peso entre os eixos.

Ontem não pude participar da reunião no município de Araranguá. O presidente da Fetranesc, Pedro Lopez, havia me ligado, mas estava participando de um evento junto ao ministério das Cidades para resolver grande parte dos problemas de saneamento de Santa Catarina.

Mas quero somar-me às palavras v.exa., já conversei com o secretário Valdir Cobalchini, que disse que os técnicos estão mais sensibilizados do que na primeira reunião que lá tivemos, e que esse assunto deverá esgotar-se a partir desta semana. Definitivamente, precisamos ter uma posição, o

governador foi alertado das consequências desse problema que vem causando sérios transtornos em todo o estado de Santa Catarina e, com certeza, trabalhando contra a economia catarinense.

Parabéns deputado!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero cumprimentar v.exa., e dizer que ontem foi levantada a possibilidade da realização de uma audiência pública para tratar dessa questão no Parlamento catarinense. E se essa audiência pública não acontecer, os bitrens irão todos para as ruas, o que causará uma confusão que não tem tamanho. Então, é preciso tomar algumas medidas antes que isso aconteça.

O que nós queremos é que o estado permita que os bitrens trabalhem...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Valmir Comin por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. e sras. deputadas, corroborando com o raciocínio do deputado Manoel Mota, quero dizer que estamos vivenciando um momento em que o custo rodoviário está em torno de R\$ 110,00/tonelada. O equívoco do sistema modal e intermodal do país é um fato sem precedentes na história. O custo ferroviário está em torno de R\$ 75,00 e o náutico R\$ 45,00. Quer dizer, um país com dimensão continental como o nosso, com riquezas naturais imensuráveis, atrai a atenção dos países emergentes, notadamente a China. Mas temos um sistema de transportes totalmente equivocado e inadequado, que onera o custo Brasil, impossibilitando a competitividade das indústrias brasileiras e catarinenses no cenário globalizado.

Mas quero, sr. presidente, dizer que ontem tivemos a oportunidade de participar de uma

solenidade aqui na capital do estado, que contou com a presença do ministro das Cidades, do governador e sua equipe e de prefeitos.

(Passa a ler.)

"O ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro, do Partido Progressista, e o secretário nacional de Saneamento Básico, Leodegar Tiscoski, assinaram ontem, às 11h, em Florianópolis, um pacote de 17 contratos com o governo estadual e a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan), através da Caixa Econômica Federal, de mais de R\$ 400 milhões para obras de abastecimento d'água e saneamento básico em seis cidades de Santa Catarina, a maior parte destinada ao esgotamento e tratamento sanitário. Os recursos serão aplicados em Florianópolis (a maior parte, R\$ 196 milhões, sendo que R\$ 156 milhões irão para o esgotamento e tratamento sanitário), São José, Biguaçu, Concórdia, Rio do Sul e Criciúma.

O ato de assinatura dos contratos ocorreu na sede da Associação Catarinense de Medicina e contou com a presença do governador Raimundo Colombo, da ministra Ideli Salvatti (Relações Institucionais), de deputados federais, a exemplo dos deputados Esperidião Amim e João Pizzolatti (ambos do PP), deputados estaduais (presente, entre estes, o líder do PP, Silvio Dreveck e Valmir Comin, também do PP) e da deputada Luci Choinacki).

Ao formalizar os contratos o ministro afirmou que se tratava 'de um momento muito especial, porque concretizava a possibilidade de realizar obras há muito aguardadas e que representava ainda um marco importante na parceria entre a união e Santa Catarina.' Aguinaldo enfatizou que essa parceria e a celeridade na busca de solução para o problema de saneamento são uma determinação, inclusive, da própria presidente Dilma Rousseff, e que a finalização dos contratos em questão representava a superação de enormes desafios. Entre os desafios que sempre impedem ou atrapalham iniciativas como as assumidas agora pelo ministério e Santa Catarina, estão a burocracia e os gargalos que têm sido motivo de angústia.

Ressaltou também que até o momento do ano em curso o governo federal já investiu mais de R\$ 2 bilhões em saneamento básico no estado catarinense, sempre sob a forma de parceria. Para o ministro, a escolha da sede da ACM não foi sem razão: afinal, saneamento é a melhor forma de saúde preventiva.

Tanto no pronunciamento dos ministros quanto no do governador do estado, não faltaram elogios à atuação do catarinense Leodegar Tiscoski, que se tem empenhado fortemente para levar saneamento básico aos municípios brasileiros e tentar minimizar, ou reverter, a posição ruim que Santa Catarina ocupa nesse particular. Colombo reconheceu que Leodegar 'tem desempenhado com vigor e conhecimento as causas de Santa Catarina', que tornam possível a efetiva realização de projetos catarinenses na sua área. Leodegar chefia a secretaria Nacional de Saneamento Ambiental das Cidades desde agosto de 2007."

Fiquei extremamente satisfeito porque Santa Catarina obteve no "ranking" nacional várias perspectivas e projeções de investimento em muitos segmentos da economia. Não é à toa que temos 1,1% do território nacional, mas temos mais de 4,7% do PIB e ultrapassamos a casa dos 5,6% das exportações deste país. Então, é um estado eminentemente exportador, agregador de valor pela pujança, determinação do seu povo e pelo empreendedorismo do catarinense, mas que deixa a desejar na questão do saneamento. Aliás, é uma obra não eleitoreira, porque nenhum prefeito ou governante, pelo menos nos tempos passados, submetia-se a aplicar recursos que ficassem escondidos. Está cientificamente comprovado que para cada real investido em saneamento a economia é R\$ 6,00.

Então, essa é uma escala fantástica que, com certeza, otimizará cada vez mais os custos dos investimentos na área da saúde. Por isso, fico muito satisfeito e tenho a expectativa de que nos próximos sete ou oito anos, aproximadamente, 72% do saneamento da Grande Florianópolis estará implantado, pois esses recursos vão suprir a

necessidade até 2015 ou 2016, o que vai permitir, com certeza, que o cidadão florianopolitano e catarinense possa tomar banho à beira-mar, como hoje se observa em Copacabana.

Realmente é um feito, a natureza é pródiga. Mas é preciso tão somente que o homem dê uma folga à natureza, pois assim ela poderá regenerar-se de uma forma sem precedentes. Por essas razões é muito importante a participação efetiva do governo do estado, da Casan, com investimentos em saneamento, através do seu corpo técnico, do seu presidente Dalírio Beber, que estão realmente de parabéns por essa parceria entre os governos federal, estadual e municipal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSD.

Consulto seu líder para saber quem usará a tribuna.

Tenho a informação, neste momento, do sr. deputado Jailson Lima que foi invertido o tempo entre o PSD e o PT. Por conta da inversão, os próximos minutos são reservados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estimados catarinenses que acompanham esta sessão, tenho dois assuntos importantes a abordar e farei rapidamente para permitir que a outra metade do tempo seja utilizada pelo deputado Padre Pedro Baldissera, com quem vou compartilhar este horário.

O primeiro registro a fazer é exatamente sobre o que o deputado Valmir Comin abordou desta tribuna, quando me antecedeu, no que se refere a esse importante evento que aconteceu ontem e que teve a presença de dois ministros do governo da nossa presidenta Dilma Rousseff, o das Cidades, Aguinaldo Ribeiro, e a das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, juntamente com representantes da Caixa Econômica Federal, do

governador do estado, de prefeitos e de representantes da Casan, quando foi assinado um contrato de R\$ 404 milhões destinados a obras de saneamento básico, valores oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento, o chamado PAC 2, lançado pelo governo federal.

Assim, foram beneficiadas as cidades de Florianópolis, São José, Biguaçu, Criciúma, Rio do Sul e a nossa querida cidade de Concórdia. Tínhamos, no caso específico de Concórdia, uma luta de anos para fazer a estação de tratamento de esgoto e também a rede de esgoto num contrato já vigente com a Casan, cuja execução por diversos anos foi adiada. Há, inclusive, uma discussão judicial sobre a obrigatoriedade da Casan cumpri-lo.

Agora, sr. presidente, com os recursos oriundos do Programa de Aceleração de Crescimento, teremos um impacto importante, pois passará para 55% a cobertura de tratamento de esgoto através de rede, o que não é o ideal, porque o ideal seriam 100%, mas já dará, é verdade, um grande impulso, especialmente nas áreas onde as construções são mais antigas, já que a partir de 2001 nenhuma construção é liberada sem que haja tratamento da rede de esgoto.

Tenho falado com frequência sobre este tema na tribuna e hoje devo abordá-lo mais uma vez até porque estamos num momento de decisão. Refiro-me à discussão dos salários do Magistério Público de Santa Catarina.

Hoje, mais uma vez o professorado estará reunido, já está com uma discussão em andamento, e há mais uma proposta do governo a ser analisada. Percebemos e não queremos negar a intenção do governo de negociar. Agora, percebemos que o que se está discutindo é sempre o mesmo bolo, o mesmo valor e dentro disso existe uma distribuição de como ficará esse valor, quanto será aplicado em educação. Para mim esse é um tema fundamental e enquanto não mudarmos a Constituição de Santa Catarina e determinarmos o aumento do percentual da Educação, todo ano ficaremos discutindo essas migalhas.

No caso específico da proposta do governo, ela recompõe o piso, mas produz um brutal achatamento na tabela salarial. E, mais ainda, ao propor o parcelamento até 2013, o governo cria outra questão que é o reajuste de 2013, ou seja, se o reajuste de 2012 não for integralizado agora e parte dele ficar para 2013, nesse ano 2013 teremos o mesmo problema, porque iremos discutir, deputada Angela Albino, o saldo que não foi cumprido e mais o reajuste que virá, pois certamente haverá o reajuste.

Então, até compreendemos que talvez o governo não consiga pagar de uma vez só, de imediato, mas deve, sim, reprogramar as suas finanças para esse pagamento. Contudo, em hipótese alguma poderá passar de 2012, até porque cada mês não recebido do parcelamento gerará, inclusive, a possibilidade de o Magistério acionar o Poder Judiciário para cobrar a diferença. O entendimento dominante é que tendo ocorrido o reajuste nacional, automaticamente deveria ser passado para a carreira, em todas as classes e letras, caso contrário, teremos uma compactação.

Então, temos a expectativa de que o governo possa reestudar essa proposta, e se houver parcelamento, este ficar dentro de 2012. Agora, creio que nós, nesta Casa, deveríamos avançar mais e colocar em votação a PEC que tramita há mais de um ano e que prevê a elevação de recursos para a Educação. Espero que haja algum encaminhamento positivo nesse sentido.

Quero cumprimentar todo o Magistério de Santa Catarina, inclusive todos os que nos acompanham nesta sessão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pelo tempo restante do Partido dos Trabalhadores, o sr. deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, gostaria, compartilhando do horário do nosso partido - e desde já agradeço ao deputado Neodi

Saretta -, de falar sobre a marcha que está acontecendo por todo o Brasil e em Santa Catarina, neste mês de abril, encabeçada pelo Movimento dos Sem Terra, recordando o dia 17 como um dia de luta em defesa da vida, tendo em vista que em Eldorado dos Carajás, no sul do Pará, houve o assassinato de 19 trabalhadores, um verdadeiro massacre, e muitas pessoas tiveram graves consequências na luta em defesa da terra e por melhor qualidade de vida.

Por isso, o dia de hoje é histórico, é um dia em que o Movimento dos Sem Terra, juntamente com a Via Campesina e outros movimentos sindicais, amplia suas ações em defesa dessas categorias.

Claro que uma das reivindicações é a distribuição da terra. Mas não basta num país capitalista, concentrador, excludente apenas a luta pela distribuição da terra, é preciso, por uma compreensão de que a reforma agrária vai muito além da distribuição da terra, uma luta que ultrapasse e estenda-se em várias dimensões do nosso trabalhador, seja ele da roça ou da cidade.

Quando se fala em reforma agrária, fala-se também em saúde, em política agrícola de subsídio e de incentivo aos trabalhadores e trabalhadoras da roça. Por isso, o dia de hoje marca essencialmente a luta na defesa vida, que se expande em todas essas dimensões do ser humano, da pessoa, do indivíduo, na relação com a sociedade na qual está inserido.

Portanto, queremos somar-nos à luta desses movimentos todos, pois ela é justa e digna, assim como o é a luta dos nossos educadores e educadoras, que anseiam por uma melhor qualidade de vida.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Jean Kuhlmann, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. parlamentares, sras. parlamentares, telespectadores que nos acompanham através da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, gostaria de fazer uma prestação de contas a todos parlamentares e à comunidade, a respeito do trabalho do Fórum Permanente de Prevenção de Cheias e de Desastres no Vale do Itajaí.

Após a catástrofe de 2008, após a última enchente, esta Casa criou um fórum permanente para discutir o antigo projeto Jica e o projeto apresentado pelo governador, denominado Novo Plano Diretor de Prevenção de Cheias do Vale do Itajaí. Essa comissão teve uma audiência pública na última sexta-feira, no município de Blumenau, onde estiveram presentes várias lideranças de todo o vale do Itajaí, enfim, não apenas lideranças da sociedade civil organizada, mas também lideranças políticas, aproximadamente 300 pessoas.

Quero desde já agradecer a presença do secretário Geraldo Althoff, secretário da Defesa Civil, que de forma muito pragmática, clara, fez um esclarecimento do projeto apresentado pelo governador nos municípios de Itajaí, Blumenau e Rio do Sul, recentemente. O governador Raimundo Colombo esteve nessas regiões e o secretário da Defesa Civil também foi a Blumenau justamente para detalhar as questões técnicas do projeto.

Quero dizer aos srs. parlamentares que o antigo projeto Jica, hoje Plano Diretor de Prevenção de Cheias, envolve muitos recursos financeiros oriundos, conforme o próprio secretário Geraldo Althoff afirmou, de um esforço do governo do estado e dos esforços do governo federal, pois haverá a participação das duas esferas de poder.

A primeira etapa do projeto envolve aproximadamente R\$ 512 milhões em execução de obras, compras de equipamentos, modernização do sistema de telemetria, sendo que desses R\$ 512 milhões cerca de R\$ 200 milhões vêm do governo do estado e o restante do governo federal, num compromisso firmado entre o governador Raimundo Colombo e a presidente Dilma Rousseff.

O restante do projeto, as duas etapas seguintes, envolvendo quase R\$ 900 milhões, deve ter também a participação do governo do estado e a busca de recursos federais através do PAC 3. Para isso o governador se esforça junto à presidenta para garantir a vinda desses recursos de longo prazo.

A primeira etapa desses R\$ 500 milhões citados pelo secretário Geraldo Althoff, srs. e sras. parlamentares, refere-se a um projeto que deve levar de cinco a dez anos para ser executado. É um projeto que envolve obras muito importantes, como, por exemplo, a compra de um novo radar meteorológico para o estado de Santa Catarina, que vai dar mais agilidade e eficiência no trabalho de prevenção climática no vale do Itajaí e em estado de Santa Catarina. Além disso, envolve também a modernização das estações de telemetria, agora em maior número, num projeto acoplado à Defesa Civil e à ANA - Agência Nacional de Águas. Teremos a criação de mais uma barragem no rio Itajaí Mirim; teremos a ampliação da capacidade de armazenamento das barragens de Taió e Ituporanga e a criação de pequenas barragens no alto vale.

O projeto trabalha nessa primeira etapa com duas visões. A primeira é garantir a infraestrutura e a tecnologia necessárias para trabalhar o sistema de alarme e alerta, com vistas à prevenção, ou seja, quando acontece o problema você tem a telemetria funcionando, tem a modernização no acionamento das barragens. Essa é a primeira parte do processo.

A segunda visão do projeto é no sentido da retenção da água na sub-bacia hidrográfica, ou seja, reter a água na barragem. Por isso, há a ampliação da capacidade de armazenamento das barragens de Taió e Ituporanga e a criação de uma nova barragem no rio Itajaí Mirim, na região de Guabiruba, protegendo os municípios da região.

É um projeto que realmente trabalha a questão da retenção da água e a modernização do sistema de alarme e alerta no caso de enchentes e deslizamentos. Essa é a primeira etapa e o

secretário Geraldo Althoff esteve presente, demonstrando detalhadamente isso.

Após a apresentação do secretário Geraldo Althoff foi aprovada, pela comissão e pelos presentes, a criação de um grupo de trabalho técnico para acompanhar o projeto. Isso me deixa muito feliz porque esse projeto não pode ser considerado como de um governador, da Assembleia Legislativa, do mandato de um deputado ou de um partido político. Esse projeto não é um projeto de governo, mas de estado, que na sua plenitude pode levar de 15 a 30 anos para ser executado. Mas somente será executado se todos os governadores, e não apenas o governador Raimundo Colombo, considerarem esse projeto uma prioridade, que é importante para a sociedade do vale do Itajaí. E esses governos são tanto os municipais, quanto o estadual e o federal. Enfim, todos os próximos governadores, presidentes e prefeitos neste período de 20 a 30 anos devem considerar esse projeto importante. E somente vai acontecer na prática se a população tiver uma participação efetiva.

Então, fiquei muito feliz com a determinação da audiência pública e a comunidade presente decidiu que será constituída essa comissão técnica. A partir de agora o fórum permanente vai começar a fazer os convites para que a comunidade se envolva, para que a comissão participe. O próprio secretário Geraldo Althoff, representando a Defesa Civil do estado, concordou com a criação da comissão. E esperamos que no prazo máximo de 30 dias possamos dar posse aos membros dessa comissão para que se faça o trabalho independentemente da questão política.

Temos, sr. presidente, sugestões de membros de várias entidades, como a Furb, a Univali, a Unidavi, a Unifeb, a Uniasselvi, os Rotarys Clubs, as associações de municípios da foz, do vale, do médio vale e do alto vale, além do próprio Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí.

Sugeri que as SDRs indiquem cada qual um membro. Precisamos do envolvimento da OAB/SC, do Crea, dos CDLs, enfim, precisamos que as entidades

da região participem, porque é o trabalho dessa comissão em conjunto com a comunidade que vai sensibilizar os próximos governantes a não abandonar o projeto.

Espero que essa comissão, nos próximos 30, 60 dias possa ser oficialmente empossada pela Defesa Civil, pelo fórum permanente, para que tenha legitimidade e possa fazer um trabalho paralelo, técnico e sério, mostrando que esse projeto de prevenção de cheias e mitigação de desastres naturais apresentado pela Defesa Civil e pelo governador Raimundo Colombo pertence à sociedade do vale do Itajaí, à sociedade catarinense.

Esse projeto tem que ser aprimorado e isso somente ocorrerá com a participação da comunidade. Então, quero prestar contas à Assembleia Legislativa, a todos os parlamentares, a todas as parlamentares, à comunidade, dizendo que apoiamos a ideia da constituição dessa comissão.

O próximo passo é a indicação por cada entidade de um membro titular e um suplente. A Defesa Civil dará posse a esses membros junto ao fórum e esperamos que esses técnicos, essas pessoas que farão parte dessa comissão realmente trabalhem de forma técnica o sistema de prevenção de cheias e de desastres naturais no vale do Itajaí.

Realmente, essa não é uma questão que deva ser tratada de forma política, pois é uma obra tão importante para o vale do Itajaí quanto a duplicação da BR-470. Arrisco-me a dizer que a duplicação da BR-470, deputado Altair Guidi, para o vale do Itajaí é tão importante quanto um trabalho efetivo de prevenção de cheias. Essas são duas ações de longo prazo muito importantes para todo o vale do Itajaí, porque elas determinam de forma definitiva o crescimento da região.

Somente através do planejamento, da organização, da execução efetiva dessas duas ações teremos o crescimento necessário ao vale do Itajaí, a toda a comunidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) -
Fim do horário reservado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s 0020/2012 e 0023/2012, de autoria de entidades sociais.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0322/2011, de autoria do deputado Jorge Teixeira, que acrescenta o Capítulo VI no Título V da Lei n. 14.675, de 2009, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências (Da proteção de poluição visual).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam com se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0420/2011, de autoria do deputado Ciro Roza, que dispõe sobre a obrigatoriedade de sinalização, em todo o território catarinense, de locais de interesse ecológico que constituam unidades de conservação estaduais.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0151/2012, de autoria do deputado Darci de Matos; e 0152/2012 e 0153/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0356/2012, de autoria da deputada Luciane Carminatti; e 0357/2012, de autoria do deputado Reno Caramori.

Moção n. 0014/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada aos presidentes da República, do Senado e da Câmara Federal, solicitando que por intermédio do devido processo legislativo seja reformulado o modelo eletivo, a fim de que no próximo ano os mandatos de presidente, senador, deputado federal e estadual, prefeito e vereador sejam prorrogados ou limitados até o ano de 2016, visando à coincidência de mandatos, todos de cinco anos, sem reeleição para o Executivo.

Essa é a proposta do deputado Antônio Aguiar.

Moção n. 0016/2012, de autoria do deputado Narcizo Parisotto, a ser enviada ao presidente do Supremo Tribunal Federal, manifestando repúdio pelo cerceamento de defesa e pela não admissão de entidades de defesa da vida na condição de *Amicus Curiae*, na ADPF n. 54.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero discutir a Moção n. 0016/2012, de autoria do deputado Narcizo Parisotto.

Como o deputado autor manifesta repúdio, que é uma palavra dura, gostaria de ter mais informações sobre do que se trata.

Eu proponho que se retire a moção da pauta e num outro momento o deputado poderia explicar de fato o que está acontecendo para nos podermos posicionar sobre a mesma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Como o deputado autor da moção não está presente,

nós vamos atender ao seu pedido e vamos retirar a Moção n. 0016/2012 da pauta, para que ela retorne em outra oportunidade.

Está retirada da pauta a Moção n. 0016/2012, de autoria do deputado Narcizo Parisotto.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, como v.exa. citou também a Moção n. 0014/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar, gostaria de saber se vai ser votada ou não.

Sr. presidente, até gostaria de fazer um encaminhamento contrário a essa moção. Eu acho interessante discutirmos a questão e não tiro o direito de o deputado defender o que pensa. Agora, quero dizer que não me sinto à vontade para votar uma moção que fala de prorrogação de mandatos. Penso que se deva discutir mandato nas urnas e sugiro, na ausência do autor, que seja retirada da pauta para que possamos conversar e, quem sabe, dar nova redação.

Entretanto, se a moção for votada, sou contra!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Deputado Neodi Saretta, até pelo fato de não termos quórum para que se efetive a votação, vamos retirar essa moção da pauta e numa outra oportunidade vamos colocá-la novamente à deliberação do Plenário.

Pedido de Informação n. 0025/2012, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviado ao presidente do Iprev, solicitando informações referentes aos pareceres concluídos até o dia 10/04/2012 e referentes às aposentadorias por invalidez permanente deste Poder.

De igual forma também retiramos esse pedido de informação da pauta, por falta de quórum neste momento. Entrará em discussão numa nova sessão.

Está encerrada a Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, assomo a esta tribuna para dialogar com todos os catarinenses, porque hoje é um dia muito movimentado nesta Casa, já que ocorrem muitas mobilizações de várias organizações. Temos a Marcha dos Catarinenses, organizada por grande parte do sindicalismo catarinense: centrais sindicais, federações, entidades etc., que terá lugar na capital na tarde de hoje.

Há várias categorias mobilizadas, como é o caso dos professores de Santa Catarina, que discutem a situação do Magistério e da educação catarinense. Há também o Abril Vermelho, movimento dos sem terra, que nesta semana faz mobilizações em grande parte dos estados brasileiros.

Além disso, temos a mobilização da agricultura familiar. A Fetraf/Sul, com um conjunto de organizações, cooperativas de habitação, cooperativas de produção, cooperativa de crédito, está discutindo uma pauta de reivindicações junto ao governo de Santa Catarina. Na pauta está a discussão da situação dos trabalhadores deste estado, sejam eles assentados, agricultores familiares, educadores. Enfim, um conjunto de inúmeras categorias mobiliza-se, durante esta semana, inclusive nesta tarde, coletivamente.

Isso é extremamente positivo porque demonstra, sr. presidente, que temos grandes demandas neste estado. Essas demandas são por políticas públicas, por investimentos, por inúmeras políticas de crédito, de assistência técnica, de pesquisa, de extensão, de valorização dos servidores públicos, como no caso dos professores.

Então, sr. presidente, quero destacar alguns pontos que a agricultura familiar está reivindicando. Primeiramente, um programa de apoio na questão da estiagem, já que centenas de municípios estão sofrendo. Os agricultores querem a anistia do Troca-Troca de sementes. Há programa de reposição de prejuízos na questão da estiagem, o programa Mais Água, para o qual pedem um apoio maior na construção de cisternas, pois é extremamente importante a armazenagem de água nas

propriedades. Os agricultores estão pedindo um subsídio de até 50%. Há o programa de recuperação das APPs para preservar mais as nascentes, sangas e rios, o pagamento para os serviços ambientais, que é uma luta importante, pois na agricultura familiar há necessidade de uma remuneração para quem de fato preserva a água e cuida do meio ambiente. Também há a questão do fim da terceirização da alimentação escolar, que é uma das grandes lutas que os agricultores estão trazendo.

É importante também, a partir do fim da terceirização, a compra de, no mínimo, 30% da alimentação da agricultura familiar e a criação de uma política estadual de apoio e incentivo às agroindústrias familiares.

Sr. presidente, o estado foi buscar recursos, criou o SC Rural para incentivar principalmente as pequenas agroindústrias na questão de agregação de valor. Por outro lado, vemos a Cidasc cobrar cada visita que faz às agroindústrias para inspecionar os alimentos produzidos. Isso é um absurdo, pois esse deveria ser o papel do estado, justamente para dar força, para uma injeção de ânimo a esses grupos, a essas famílias.

Além disso, temos a questão da habitação rural, que é um dos temas importantes para os jovens, para os agricultores continuarem na terra. É preciso uma política de habitação, porque as moradias no meio rural nunca tiveram política neste país. Depois da criação do programa da habitação rural pelo ex-presidente Lula, é preciso também que o estado participe.

Temos aqui duas situações: uma participação de contrapartida do estado, que no Paraná e no Rio Grande do Sul já está funcionando há muito tempo. Os agricultores recebem um apoio, um aporte financeiro do estado na habitação rural. Aqui não há isso. Além disso, o cumprimento de 1%. A Constituição catarinense exige hoje do estado 1% da arrecadação a ser aplicada em habitação popular, mas o estado está descumprindo a Constituição nesse sentido. Essa é uma das

cobranças também nas reivindicações dos agricultores familiares.

É importante também que haja uma melhoria da qualidade de energia elétrica, que é outro apelo da agricultura familiar. Temos avançado e melhorado muito em termos de equipamentos, o Pronaf está produzindo mais alimentos, tem feito uma revolução no meio rural catarinense de compras de equipamentos, de maquinário, de ordenhadeira, de instrumentos de irrigação, mas a energia elétrica continua com a mesma estrutura de 30 anos atrás, com quedas e problemas permanentes, problema da estufa do fumo.

Então, a luta é para se ter uma melhoria na capacidade e na qualidade de energia elétrica para a agricultura familiar.

Outro tema forte é o da juventude rural. Não é possível a agricultura familiar produzir se os jovens não continuarem na terra, não continuarem na agricultura familiar. Então, é preciso que haja políticas de incentivo para a juventude. E uma das questões fundamentais é o acesso à terra. Com relação ao crédito fundiário, por exemplo, o estado poderia formar parceria de juros e outras políticas nesse sentido, junto com o governo federal, nos programas de acesso à terra.

Também há outros temas importantes. Já falei da remuneração pelo serviço ambiental, da diversificação das propriedades que ainda estão produzindo somente a cultura do fumo, deputado Sargento Amauri Soares, para que os agricultores tenham outras atividades de renda, para poder ter condições de vida dignas no meio rural. Porque somente com a fumicultura, a agricultura familiar terá dificuldade de continuar produzindo nas propriedades para o sustento de suas famílias.

Então, sr. presidente e srs. deputados, esses são alguns dos grandes temas que estão sendo discutidos esta semana. Na semana passada, tivemos audiência com o ministro Pepe Vargas para discutir esses pontos, várias questões já avançaram, mas queremos que o estado de Santa Catarina amplie a sua participação em termos de recursos e de políticas para a agricultura familiar, pois este

estado é essencialmente agrícola e o governo tem deixado suas empresas públicas, como a Cidasc, a Epagri, de lado.

Para finalizar, sr. presidente, na manhã de hoje não falei sobre o tema que para nós é importante, a crise na Segurança Pública. No período da tarde vamos trazer esse tema e esperamos conseguir avançar no sentido de que este Parlamento apóie a nossa luta pela criação de uma CPI, para podermos investigar essa questão tão polêmica, tão lamentável que é toda essa situação crítica de desvios na Segurança Pública de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, estivemos com a nossa comissão de Segurança Pública, nos últimos dias da semana passada, mais precisamente na quarta-feira e na quinta-feira, no extremo oeste e no oeste do estado realizando audiências.

A comissão definiu realizar um ciclo de audiências públicas em todas as regiões do estado para ouvir a sociedade, para ouvir as autoridades locais a respeito das condições da segurança pública em cada uma das regiões, começando pelo extremo oeste. Inclusive, por requerimento do deputado Maurício Eskudlark, que esteve presente, começamos por São Miguel d'Oeste, com a participação bem expressiva da sociedade daquele município, e em seguida fomos para Chapecó.

Evidentemente que também conversei com centenas, eu diria, de policiais e bombeiros militares nos horários de folga da audiência, e quero começar por isso. Porque além das reclamações permanentes e justas em termos de salário, em termos de carreira, de perspectiva futura, de apoio institucional, temos, naquela região do estado, assim como em várias outras -

outros deputados já têm falado sobre esse assunto, como a deputada Luciane Carminatti - o problema da vez do serviço público estadual, o plano de saúde.

Não se chega a um único local de trabalho em que não se ouça essa interrogação: "Deputado, como fica o nosso plano de saúde, que continuamos pagando como pagávamos antes, mas não estamos recebendo atendimento?"

Em algumas regiões tem funcionado de forma razoável, em outras tem funcionado de forma insatisfatória, mas alguma coisa sempre funciona, e em outras regiões não tem funcionado praticamente nada. Então, está muito ruim.

Estou falando isso para justificar a minha ausência, na quinta-feira passada, na audiência pública realizada nesta Casa, que contou com a presença do secretário de estado da Administração, Milton Martini, que teve como objetivo debater justamente esse assunto. Gostaria muito de ter participado da mesma, mas em virtude das audiências realizadas pela comissão de Segurança Pública no oeste e no extremo oeste, não pude comparecer.

De fato é preciso que as autoridades competentes, no caso, em primeiro lugar, o secretário Milton Martini, como também o governador do estado e outros setores do governo, a secretaria de estado da Saúde - e o secretário de estado da Saúde tem, sim, responsabilidade nessa questão, por ser um secretário da área - dêem uma solução para esse problema. Não é possível que não se crie uma forma, uma modalidade, uma política de funcionamento do plano de saúde dos servidores públicos estaduais. Aliás, os servidores pagam, é preciso que a sociedade saiba disso, e devem ter, sim, a contrapartida do governo do estado. Mas os servidores pagam 4.5% do seu salário todos os meses para ter um plano de saúde. E desde o dia 1º de fevereiro esse funcionamento tem sido muito aquém da metade do que era o funcionamento até o dia 31 de janeiro.

Não queremos e não vamos botar brasa na sardinha de nenhuma empresa privada que administrava antes, mas é preciso que as

autoridades competentes vejam isso, porque estabelecimentos, clínicas e profissionais médicos que estavam cadastrados para atender planos de saúde suspenderam - esses são alguns dos relatórios que temos - o atendimento porque disseram que trabalharam e não receberam o pagamento.

Evidentemente que há dificuldade burocrática, de documentação, etc., mas essas coisas deveriam ter sido previstas e precisam ser organizadas com urgência. O secretário Milton Martini, e sei da sua boa vontade, precisa organizar isso com urgência. Eu diria que em algumas semanas, não dá para pensar em meses, essa questão precisa ser resolvida, sob o risco do SC Saúde, o plano de saúde dos servidores estaduais, perder completamente a credibilidade e assim vencerão os interesses privados daqueles que apenas pensam em ganhar dinheiro com a falta de saúde da população, inclusive dos servidores estaduais.

É preciso que providências corretas, justas e duras, se forem necessárias, sejam tomadas, inclusive em termos, se for o caso, do rompimento de contrato que esteja em vigor com quem não o cumprindo naquilo que se refere ao atendimento do servidor público.

Com relação às audiências em São Miguel d'Oeste, podemos dizer que foram bem movimentadas, com bastante participação, todas as instituições da Segurança Pública estavam presentes, como a Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros; outras instituições de outros poderes, como o Ministério Público, o Poder Judiciário, para debater a segurança pública naquela região.

Em Chapecó, a participação até foi menor, deputada Luciane Carminatti, porque coincidiu com o encontro do Sebrae. Então, somente a sociedade civil estava em menor número e ficamos nós, deputados, e autoridades da Segurança Pública discutindo entre nós. Evidentemente que teve validade, mas faltou a parte importante, fundamental e principal da Segurança Pública, que é ouvir a opinião da sociedade civil. Por essa razão deliberamos voltar a Chapecó para realizar

uma nova audiência lá. De nossa parte, minha e do deputado Maurício Eskudlark, vamos levar essa comissão de Segurança Pública novamente a Chapecó, para que possamos realizar uma audiência pública num dia em que a população e a comunidade possam efetivamente participar e que haja uma divulgação maior. Isso, teremos que tratar inclusive com a Presidência da Casa.

Mas quero me referir, deputada Luciane Carminatti, à audiência de São Miguel d'Oeste, em que a procuradora da República disse uma frase que para mim foi muito significativa. "Se houver policiais para fiscalizar todos os dias as rodovias federais e estaduais que cortam o estado de Santa Catarina, todos os dias haverá apreensão de grandes quantidades de drogas e produtos ilícitos". A procuradora da República falou essa frase assim como estou dizendo.

Então, se houver policiais militares e civis, da Polícia Militar Rodoviária, policiais federais, policiais rodoviários federais para fiscalizar todos os dias as rodovias estaduais e federais que cortam o oeste de Santa Catarina, no caso específico, o extremo oeste, todos os dias haverá apreensão de uma grande quantidade de drogas.

Isso é simbólico porque significa o seguinte: está passando por lá uma grande quantidade de caminhões por falta de fiscalização, por falta de efetivo, por falta de um posto da PRF, inclusive mais na frente, perto da fronteira. E aí se espalha em Santa Catarina e nos outros estados também e nós ficamos catando no varejo aquilo que entra em grandes quantidades especialmente por algumas regiões.

Então, fica isso para refletirmos e continuaremos esse debate falando da importância das audiências e de participar delas.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Deputado Sargento Amauri Soares, quero somente fazer o registro da minha ausência na audiência realizada

pela comissão de Segurança Pública em Chapecó, o que me deixou muito mal. Disse, inclusive, em conversa com o deputado Maurício Eskudlark, que fiquei sabendo dessa audiência somente dois dias antes da sua realização. Penso que houve problema na sua divulgação, no agendamento, mas como estava coordenando a audiência do SC Saúde não poderia, obrigatoriamente, estar presente.

A realização daquela audiência era muito importante, porque em Chapecó, no último ano, ocorreram 40 mortes. Então, é muito grave a situação da segurança. Por isso temos que avaliar o programa estadual, para ver se efetivamente ele cumpriu suas finalidades.

Então, quero fazer este registro de que na próxima vez sejamos consultados com relação a essas agendas.

Obrigada.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Obrigada, deputada.

V.Exa. ficou ressentida por não ter podido estar presente na audiência da comissão de Segurança Pública e eu fiquei ressentido por não estar presente na audiência realizada nesta Casa. Fiquei querendo participar também desta audiência realizada aqui e v.exa. da realizada em Chapecó.

Com relação ao assunto que v.exa. falou, precisamos discutir e levar esse assunto à comissão, a qual levará à Presidência desta Casa, principalmente à Mesa Diretora, da necessidade de uma sistemática de divulgação mais eficiente e mais pública das audiências que são realizadas, porque somente o convite formal, oficial para as autoridades efetivamente não divulga como é preciso...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves)- Com a palavra o próximo orador inscrito, deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar os srs. deputados e a sra. deputada Angela Albino e dizer que hoje temos uma pauta

muito importante a tratar com relação à assembleia, logo mais, às 14h, que acontecerá no Centrosul, assim como a assembleia do Sindicato dos Trabalhadores em Educação esta semana e a mobilização dos agricultores. Temos também a assembleia dos sem-terra, da Via Campesina, a Marcha dos Catarinenses, que são os trabalhadores reivindicando vários direitos ainda não conquistados. Portanto, será uma semana de muitas mobilizações.

Mas quero me referir à proposta que foi entregue, ontem, deputados Sargento Amauri Soares e Elizeu Mattos, pelo governo. Se fizermos uma avaliação, exatamente no dia 18 de maio do ano passado, praticamente há um ano, tivemos o primeiro dia de greve do Magistério catarinense, num total de 62 dias de greve.

Portanto, quero já de antemão dizer que não gostaria de novamente vivenciar essa experiência do ano passado. Os professores não querem mais uma greve. Tenho colegas professores aqui presentes que acabaram de repor o calendário do ano passado. Por isso uma greve é sempre desgastante, pois eles sabem quando vão entrar em greve, mas não sabem quando vão sair. E há toda a recuperação do calendário, que tem que ser repostado conforme a lei garante.

Gostaria de fazer uma reflexão sobre a tabela que o governo apresentou, e ontem já me manifestei dizendo que se o governo avançou de 2014 para 2013, falta agora chegar em 2012. Esse é o pedido que os professores fazem. E penso que há margem para isso. Por que é que digo que há margem? O próprio governo disse pela imprensa, no dia de hoje, que se a folha de pagamento for projetada para este ano nessas condições passará de R\$ 1,4 bilhão, podendo chegar a R\$ 2,1 bilhões este ano. Ora, R\$ 2,1 bilhões este ano, caros professores, educadores e quem acompanha esta sessão, fica dentro do patamar de repasse de recursos do Fundeb por parte da união. A união, neste ano, está projetando repassar R\$ 2,2 bilhões.

Portanto, há margem pra negociação ainda este ano. Poderíamos dizer: Mas o Fundeb é utilizado

para vários pagamentos, desde a construção de uma escola, manutenção, desenvolvimento e também a folha dos professores.

Mas o art. 22 da lei do Fundeb é muito claro, são no mínimo 60% do Fundeb para a folha de pagamento. Não diz que é o máximo, diz que é o mínimo. E nós temos inúmeras prefeituras deste estado, não só do PT, mas de outros partidos, da base do governo inclusive, que já utilizam 100% do Fundeb para pagamento dos salários dos professores.

Então, vamos colocar todas as cartas na mesa. Acho que o governo tem que colocar todas as cartas, não ficar segurando na manga. Tivemos um prazo de negociação e ele se encerra hoje. Há tempo até as 14h para tirar essa tabela que vai até dezembro de 2013 e jogá-la para este ano. Quem sabe com parcelamento, mas neste ano de 2012.

Por que acho grave jogar para ano que vem? Há movimentos no país inteiro de governadores e de prefeitos pressionando o Congresso Nacional para modificar a base de cálculo do piso, que hoje, além do INPC, leva em conta também o aumento do custo aluno fornecido pelo Fundeb. Este ano o percentual foi de 22%, mas se mexermos no cálculo e deixarmos somente o INPC, dará 6%, que é o que querem muitos gestores.

Então, temos que preservar essa lei, caso contrário não haverá aumento real, porque os professores já perderam remuneração. Que bom que existe uma lei que recompõe o salário!

Agora, se houver a continuidade dessa fórmula que eu defendo e acho justa para os educadores, no ano que vem, segundo as projeções, o aumento será de 28%. Aí eu pergunto: se os 22% terão sua vigência até 2013, os 28% irão até quando? Até 2050, quem sabe? Sei lá!

Então, acho que não podemos brincar. Temos uma meta, temos uma receita, temos uma arrecadação. Embora todo o questionamento acerca da Resolução n. 72 - e acho que Santa Catarina demorou a entrar na luta, perdeu espaço, perdeu tempo -, todos os números da indústria catarinense mostram o aquecimento da economia e o provável crescimento

da arrecadação. Aquecimento da indústria significa que teremos uma arrecadação maior. Este ano eu não vi em nenhum momento o governo falando em sinal vermelho. Em nenhum momento! Todos os números apontam para incremento na receita, na arrecadação.

O deputado Neodi Saretta levantava a questão dos 30%. Ótimo, mas quero ainda que os 25% sejam bem aplicados, porque hoje nem sequer os 25% são devidamente gastos na Educação. Ou vamos ignorar o parecer do Tribunal de Contas do Estado que nos últimos três anos tem dito que o estado não tem aplicado os 25%, conforme a própria Constituição, no investimento em educação.

Então, temos uma margem do Fundeb, na minha avaliação, e também nos 25% da educação. Portanto, acho que o governo avança quando apresenta uma proposta, talvez tenha sido muito esperto, jogou para 2014 e agora avança para o ano de 2013. Mas queremos que a lei seja cumprida no seu prazo, que é 2012. Aliás, já estamos atrasados porque ela é válida desde janeiro.

Duas semanas atrás estive, deputados Maurício Eskudlark e Sargento Amauri Soares, em algumas prefeituras, felizmente algumas do meu partido. Fiquei muito feliz com isso porque cada vez que vou a um município pergunto aos prefeitos sobre a Lei do Piso: como é que está, estão fazendo o tema de casa? Temos que fazer esse esforço.

Visitei várias prefeituras do oeste de Santa Catarina, srs. deputados, e me alegrou muito quando vi a lei municipal sendo encaminhada à Câmara propondo o pagamento do piso retroativo a janeiro aos professores municipais.

É esse o debate que temos que fazer. Se há dificuldades em honrar o compromisso, têm que nos provar, porque os nossos economistas e assessores têm outras leituras referendadas, inclusive, pelo Tribunal de Contas, em anos anteriores, e pelo próprio secretário. Bem, se vamos passar de 1,4 para 2,1, estamos dentro do valor do Fundeb que é 2,2, portanto, temos condições de pagar o piso na carreira do Magistério.

Faço essa referência e peço ao governo, mais uma vez, sensibilidade porque, quando acontece uma greve, quem paga a conta são os professores e os alunos. Falo também como mãe de aluna da rede pública, pois tenho uma filha que estuda numa dessas escolas. E ela já disse aos professores: "Se houver greve, não viremos à escola em solidariedade aos professores." Foi o que minhas filhas fizeram, no ano passado, depois ficaram três meses levando caderno de colega para casa para recuperar a matéria. É injusto isso também porque a aula continuou, a solidariedade tem que ser coletiva, tem que ser de todos, sociedade e alunos, senão não vamos garantir dignidade.

Muito obrigada, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - O próximo orador inscrito é o deputado Valmir Comin.

(Pausa)

Na ausência do deputado Valmir Comin, o próximo orador inscrito é o deputado Maurício Eskudlark, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha, havia anotado para este horário, até corroborando as palavras do deputado Sargento Amauri Soares, falar das audiências públicas que tivemos, no oeste catarinense, a respeito da Segurança Pública. Mas é importante, todos nós sabemos, e também emendando o discurso da deputada Luciane Carminatti, abordar a preocupação do governador Raimundo Colombo em remunerar dignamente os professores, servidores da Segurança e da Saúde.

O governador tem estado direto em Brasília tratando da Resolução n. 72, do Banco Central, que pode tirar do estado de Santa Catarina R\$ 1 bilhão de arrecadação anual. Isso é preocupante porque muitas vezes o governo federal, na área da Fazenda, olha os estados como um todo, mas temos alguns com características diferentes, como é o

caso do estado de Santa Catarina e outros que serão prejudicados com essa resolução.

Então, existe uma preocupação. O governador Raimundo Colombo e toda a sua equipe têm sido zelosos na busca de uma solução. Vejo a deputada Luciane Carminatti empolgada, querendo essa solução, nós também. Sabemos, por exemplo, que no estado do Rio Grande do Sul a situação está bem pior para a busca de uma solução. O governo do estado de Santa Catarina já encontrou, num primeiro momento, uma solução, mas alguns estados, como o que citei, não encontraram.

Mas, corroborando com as palavras do colega deputado Sargento Amauri Soares, aquelas audiências foram realizadas até porque não poderíamos ficar protelando, pois já haviam sido marcadas para duas datas as audiências públicas de segurança em Chapecó e São Miguel D'Oeste. Precisamos ter um respeito muito grande pelo cidadão, porque as audiências não podem ser marcadas, divulgadas e depois terem sua data modificada.

O presidente da comissão, deputado Gilmar Knaesel não pôde se fazer presente, pois estava representando a Assembleia fora do país; o deputado Padre Pedro Baldissera e a deputada Luciane Carminatti também justificaram ausência .

Entendo que as audiências, deputado Sargento Amauri Soares, foram importantíssimas. O pedido é um só em nível de Santa Catarina e em nível de Brasil, trata-se das questões de efetivos, de viaturas, de câmeras de vigilância. No caso de Chapecó, onde foi lançado o projeto Segurança Máxima, o município já deu a sua cota de participação com viaturas, com motos, com alguns investimentos, e o estado precisa o mais rápido possível, já foi determinado pelo governador Raimundo Colombo para a secretaria de Segurança, implementar a instalação das câmeras de segurança.

Na capital também existem câmeras já adquiridas, já licitadas, prontas e que ainda não foram implantadas. E o monitoramento fornece um raios X do município para que a polícia, para que a própria administração municipal, o setor de

transporte possa fazer uma análise das vias tendo o controle de segurança e o controle de trânsito.

Quanto à afirmação da procuradora federal lá em São Miguel d'Oeste, realmente temos que cuidar das nossas fronteiras e isso não vem de agora, pois quando recebemos aqui o ex-prefeito de Nova Iorque Rudolph Giuliani, fizemos uma apresentação sobre a segurança pública do estado de Santa Catarina e analisando o que acontecia ele foi claro, pois é conhecedor de segurança pública, que o problema está nas nossas fronteiras onde entram as armas, onde entram as drogas e naqueles problemas todos que poderiam ser resolvidos lá.

Temos tido muitas apreensões, algumas por acaso até, e também pela capacidade e experiência de nossos policiais. Tivemos há poucos dias a apreensão de 375 quilos de maconha em São Miguel d'Oeste e segundo nos relataram, deputado Sargento Amauri Soares, foi por acaso, porque era uma droga que iria passar, mas o veículo que estava fazendo o transporte se envolveu num acidente. O veículo ficou lá, o cidadão foi para o hotel, os policiais militares desconfiaram e foram verificar, acabaram apreendendo 375 quilos de maconha.

Se não tivesse ocorrido o acidente com o veículo, deputado Nilson Gonçalves, aquela droga hoje estaria sendo consumida em Florianópolis, em Balneário Camboriú, no Rio Grande do Sul, ou sei lá para onde estava indo.

Já dissemos que é necessário um reforço da base. Isso é importante para a nossa fronteira como é a implantação de mais postos da Polícia Rodoviária, mas não adianta implantar os postos se não tivermos efetivo, porque aí teremos que esperar que a casualidade faça com que ocorram as apreensões em um acidente ou em uma *blitz*.

Então, estão certos a procuradora federal, o juiz federal, o próprio delegado da polícia federal presente. Hoje, a delegacia de Dionísio Cerqueira, que atende todo o oeste catarinense, tem dois delegados de polícia. Há dias em que fica com dois agentes de plantão. Assim, é muito difícil realmente trabalhar. São necessários

investimentos em segurança e nas nossas fronteiras para melhorar o nosso estado.

As audiências foram representativas, foram boas, tivemos a participação das polícias civil, militar e federal, da Justiça e também dos bombeiros e da comunidade fazendo os seus pleitos. O conselho das entidades foi representado pelo Astor Kist, que é vice-presidente da Fiesc, e que falou em nome de todas as entidades empresariais, inclusive, entregou documentação que faremos chegar ao secretário de Segurança, ao governador do estado.

Sr. presidente, finalizando, quero saudar o vereador Antônio João Pera, do município de Piçarras, que se faz presente nesta Assembleia. Atuava como competente secretário de Obras e agora retornou à Câmara de Vereadores.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Quero registrar a presença e dar as boas-vindas ao vereador Sidney Sabel, do PP de Joinville. Ele que, até recentemente, era administrador da Regional de Pirabeiraba, distrito de Joinville, retornou à Câmara para procurar a sua reeleição.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Queremos agradecer todos os funcionários da Casa que nos ajudaram para o bom desenvolvimento dos trabalhos.

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, à tarde, de acordo com o calendário especial, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

